

Barreiras Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1
SPE S.A.)

Informações intermediárias em 31 de março de 2026



Barreiras Transmissora de Energia S.A

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	11
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	12
7. ATIVO DE CONTRATO	13
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13
9. DEBÊNTURES.....	15
10. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS.....	16
11. PIS E COFINS DIFERIDOS	17
12. CONTINGÊNCIAS.....	18
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
14. LUCRO POR AÇÃO.....	19
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	20
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
18. PARTES RELACIONADAS.....	21
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	22
20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	24
20.1. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA.....	24
20.2. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	24
21. SEGUROS.....	24



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Diretores e Acionistas da
Barreiras Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Barreiras Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza (CE), 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned above the name of the signatory.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.888	14.692
Títulos e valores mobiliários	5	49.150	25.456
Contas a receber de concessionária e permissionárias	6	19.766	18.496
Ativo de contrato	7	124.166	123.367
Serviços de P&D		1.408	1.408
Adiantamento a fornecedores		67	50
Impostos e contribuições a recuperar		214	134
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		7.032	5.770
Outros ativos circulantes		248	294
Total do circulante		206.939	189.667
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	13.764	13.331
Intangível		344	348
Ativo de contrato	7	1.088.701	1.080.330
Total do não circulante		1.102.809	1.094.009
Total do ativo		1.309.748	1.283.676
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5.142	5.491
Empréstimos e financiamentos	8	18.554	17.601
Debêntures	9	7.319	7.505
Impostos e contribuições a recolher		1.077	1.079
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		6.069	4.800
PIS e COFINS diferidos	11	-	5.260
Partes relacionadas	18	1.109	-
Dividendos a pagar	18	2.498	2.498
Encargos setoriais		2.058	1.904
Outros passivos		5.574	5.107
Total do circulante		49.400	51.245
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	278.078	282.396
Debêntures	9	51.334	54.152
PIS e COFINS diferidos	11	112.190	106.082
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	247.856	244.769
Total do não circulante		689.458	687.399
Total dos passivos		738.858	738.644
Patrimônio líquido			
Capital social	13	101.662	101.662
Reserva legal		20.332	20.332
Reservas de lucros		294.908	294.908
Reserva de incentivos fiscais		46.801	46.801
Reserva para investimento e expansão		81.329	81.329
Lucro do período		25.858	-
Total do patrimônio líquido		570.890	545.032
Total do passivo e patrimônio líquido		1.309.748	1.283.676

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	15	37.793	33.318
Custos operacionais	16 (a)	(1.170)	(1.155)
Lucro bruto		<u>36.623</u>	<u>32.163</u>
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(745)	(348)
Total de despesas operacionais		<u>(745)</u>	<u>(348)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>35.878</u>	<u>31.815</u>
Receitas financeiras		1.752	1.320
Despesas financeiras		(6.720)	(10.200)
Resultado financeiro	17	<u>(4.968)</u>	<u>(8.880)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>30.910</u>	<u>22.935</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.965)	(822)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(3.087)	(4.707)
Imposto de renda e contribuição social	10 (a)	<u>(5.052)</u>	<u>(5.529)</u>
Lucro líquido do período		<u>25.858</u>	<u>17.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro líquido do período	25.858	17.406
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>25.858</u>	<u>17.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total	
			Reserva legal	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar			Incentivos fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2024		92.459	18.275	66.339	44.371	71.813	33.451	-	326.708
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	17.406	17.406
Saldo em 31 de março de 2025		92.459	18.275	66.339	44.371	71.813	33.451	17.406	344.114
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	101.662	20.332	81.329	-	294.908	46.801	-	545.032
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	25.858	25.858
Saldo em 31 de março de 2026	13	101.662	20.332	81.329	-	294.908	46.801	25.858	570.890

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		25.858	17.406
Ajuste para:			
Amortização do intangível		4	4
Remuneração do ativo de contrato	7	(39.510)	(35.106)
Receita de operação e manutenção	7	(2.689)	-
PIS e COFINS diferidos	11	848	524
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias	17	6.320	8.421
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(1.837)	(1.381)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10 (a)	1.965	822
Imposto de renda e contribuição social diferido	10 (a)	3.087	4.707
		<u>(5.954)</u>	<u>(4.603)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de concessionária e permissionárias		(1.270)	(2.265)
Ativo de contrato		33.029	31.449
Impostos e contribuições a recuperar		(80)	10
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(1.262)	96
Adiantamento a fornecedores		(17)	4
Outros ativos		46	(59)
Fornecedores		(349)	(1.265)
Impostos e contribuições a recolher		(2)	14
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher		1.250	(6)
Encargos setoriais		154	70
Outros passivos		1.575	871
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>27.121</u>	<u>24.316</u>
Recebimento de rendimentos de aplicações financeiras		1.837	1.381
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.946)	(6.449)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	8 / 9	(5.407)	(938)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>21.605</u>	<u>18.310</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		(24.127)	(10.054)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(24.127)</u>	<u>(10.054)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(4.075)	(3.862)
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	9	(3.207)	(3.840)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(7.282)</u>	<u>(7.702)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(9.804)</u>	<u>554</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.692	17.752
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		4.888	18.306
Variação em caixa e equivalentes de caixa		<u>(9.804)</u>	<u>554</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

1. Contexto operacional

A Barreiras Transmissora de Energia S.A. (“Barreiras”, “Companhia”, “Outorgada”), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão (LT) Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV(*), segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 251(*) km, com origem na subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas.

(*) Não revisado.

1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 007/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1548/2019, com validade até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O processo de renovação está em andamento e a emissão de protocolo de requerimento tempestivo permite a continuidade das operações até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado a seguir:

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2025-2026	119.866	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	113.812	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Resolução Autorizativa nº 14.106/2023 autorizou a Companhia a implantar os reforços constantes do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2021 nas Subestações Barreiras II e Rio das Éguas. Dessa forma, foram incluídas como reforços as instalações de fase reserva nos bancos de reatores de linha nos terminais da LT 500 kV Rio das Éguas - Barreiras II, C2, caracterizando uma RAP adicional (RBNIA) de R\$ 1.220 para a Companhia, cujo valor atualizado pela REH 3.381/2025 para o ciclo 2025-2026 é de R\$ 1.388.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,38% a RAP.

1.2. Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de março de 2026, data base destas informações intermediárias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3. Alteração do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta, Verene Transmissão Subholding S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A.), subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pelo *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Verene Energia S.A. através da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das informações intermediárias, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

3.1. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2. Normas emitidas, mas não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações financeiras	<p>O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações financeiras.</p>	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	773	445
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	4.115	8.241
Operações compromissadas (a)	-	6.006
Total	<u>4.888</u>	<u>14.692</u>

(a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada no período de três meses findos em 31 de março de 2026 equivale a 96,25% a.a. do CDI (98,06 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	49.150	25.456
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	13.764	13.331
Total	<u>62.914</u>	<u>38.787</u>

(a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras ou companhias de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.

(b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período de três meses findos em 31 de março de 2026 equivale a 108,51% a.a. do CDI (98,40 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	12.339	11.596
Saldos vencidos		
90 dias	582	379
entre 91 e 180 dias	324	791
entre 181 e 365 dias	1.050	616
acima de 365 dias	5.471	5.114
Total	<u>19.766</u>	<u>18.496</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber de concessionárias e permissionárias”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outros passivos”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Ativo de contrato

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	124.166	123.367
Não circulante	1.088.701	1.080.330
Total	1.212.867	1.203.697

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	874.022
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	2.011
Remuneração (c)	35.106
Amortização (d)	(31.449)
Em 31 de março de 2025	879.690
Em 31 de dezembro de 2025	1.203.697
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	2.689
Remuneração (c)	39.510
Amortização (d)	(33.029)
Em 31 de março de 2026	1.212.867

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão;

8. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	18.554	17.601
Não circulante	278.078	282.396
Total	296.632	299.997

(a) Características

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Vigência	
			Início	Vencimento
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	nov/18	jul/38

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	17.025	299.443	316.468
Encargos	6.290	-	6.290
Transferências	4.165	(4.165)	-
Amortização de principal	(3.862)	-	(3.862)
Pagamentos de juros	(5.076)	-	(5.076)
Custo de transação (i)	29	-	29
Principal e encargos	18.690	296.739	315.429
Custo de transação (i)	(119)	(1.461)	(1.580)
Em 31 de março de 2025	18.571	295.278	313.849
Em 31 de dezembro de 2025	17.601	282.396	299.997
Encargos	4.564	-	4.564
Transferências	4.318	(4.318)	-
Amortização de principal	(4.075)	-	(4.075)
Pagamentos de juros	(3.884)	-	(3.884)
Custo de transação (i)	30	-	30
Principal e encargos	18.672	279.421	298.093
Custo de transação (i)	(118)	(1.343)	(1.461)
Em 31 de março de 2026	18.554	278.078	296.632

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	18.554	6%
2027	17.839	6%
2028	18.829	6%
2029	19.880	7%
2030 em diante	222.873	76%
Subtotal (não circulante)	279.421	95%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(1.343)	(1%)
Não circulante	278.078	94%
Total de empréstimos	296.632	100%

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiro, cujo não cumprimento, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

9. Debêntures

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	7.319	7.505
Não circulante	51.334	54.152
Total	58.653	61.657

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie quirografária
(4) Debêntures incentivadas
(5) Garantia fidejussória

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	8.860	57.672	66.532
Encargos e variação monetária	923	1.381	2.304
Transferências	3.019	(3.019)	-
Amortização de principal	(3.840)	-	(3.840)
Pagamentos de juros	(1.633)	-	(1.633)
Custo de transação (i)	58	-	58
Principal e encargos	7.622	57.633	65.255
Custo de transação (i)	(235)	(1.599)	(1.834)
Em 31 de março de 2025	7.387	56.034	63.421
Em 31 de dezembro de 2025	7.505	54.152	61.657
Encargos e variação monetária	811	857	1.668
Transferências	3.675	(3.675)	-
Amortização de principal	(3.207)	-	(3.207)
Pagamentos de juros	(1.523)	-	(1.523)
Custo de transação (i)	58	-	58
Principal e encargos	7.553	52.699	60.252
Custo de transação (i)	(234)	(1.365)	(1.599)
Em 31 de março de 2026	7.319	51.334	58.653

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	7.319	12%
2027	6.287	11%
2028	7.468	13%
2029	7.697	13%
2030 em diante	31.247	53%
Subtotal (não circulante)	52.699	90%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(1.365)	(2%)
Não circulante	51.334	88%
Total de debêntures	58.653	100%

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às informações trimestrais do período de 31 de março de 2026.
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às informações intermediárias do período de 31 de março de 2026.

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	2,68
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,65

10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IR e CSLL	30.910	30.910	22.935	22.935
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	7.728	2.781	5.734	2.064
IRPJ subvenção governamental	(5.452)	-	(2.277)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(6)	1	5	3
Total	2.270	2.782	3.462	2.067
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	1.965	-	822
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	2.270	817	3.462	1.245
Total	2.270	2.782	3.462	2.067
Alíquota efetiva	7%	9%	15%	9%

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	31/03/2026
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	1.065	-	1.065
Provisão para participação nos lucros	26	-	26
Outros	36	-	36
Total	1.127	-	1.127
Passivo fiscal diferido			
Custo/ Receita - CPC 47	(245.896)	(4.742)	(250.638)
Outros	-	1.655	1.655
Total	(245.896)	(3.087)	(248.983)
Total líquido	(244.769)	(3.087)	(247.856)

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2027, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2027	Total
IR / CSLL diferidos a realizar	1.127	1.127

11. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
PIS	20.012	19.861
COFINS	92.178	91.481
	112.190	111.342
Circulante	-	5.260
Não circulante	112.190	106.082

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	39.510	135.052
Receita Anual Permitida – RAP	(33.029)	(128.500)
Receita de Operação e Manutenção	2.689	12.408
Revisão de premissas do ativo de contrato (a)	-	310.715
Base para PIS/COFINS diferido	9.170	329.675
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	848	30.496
Saldo no início do exercício (ii)	111.342	80.846
Saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii)	112.190	111.342

(a) A variação nesta linha refere-se à adoção da metodologia do ativo de contrato explicada na nota explicativa nº 7.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

12. Contingências

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de março de 2026, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 626 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2025), conforme segue:

Possível	31/03/2026	31/12/2025
Cível	548	536
Trabalhista	78	-
Total	626	536

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.662, representado por 101.661.674 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

(b) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 294.908 (R\$ 71.813 em 31 de março de 2025).

(c) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros era de R\$ 81.329 (R\$ 66.339 em 31 de março de 2025).

(d) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva e de R\$ 46.801 (R\$ 33.451 em 31 de março de 2025).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	25.858	17.406
Ações ordinárias	101.662	101.662
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,25</u>	<u>0,17</u>

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações intermediárias.

15. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração de ativos de contrato (a)	39.510	35.106
Receita de operação e manutenção	2.689	2.011
Outras receitas	(75)	-
Receita bruta	<u>42.124</u>	<u>37.117</u>
PIS/COFINS corrente	(2.980)	(2.885)
PIS/COFINS diferidos	(848)	(524)
Encargos do consumidor (b)	(503)	(390)
Deduções da receita	<u>(4.331)</u>	<u>(3.799)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>37.793</u></u>	<u><u>33.318</u></u>

(a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativos de contrato;

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(720)	(567)
Pessoal	(349)	(525)
Material	(6)	(5)
Amortização do ativo intangível	-	(4)
Arrendamento e aluguéis	(5)	(25)
Outros custos operacionais	(90)	(29)
Total	(1.170)	(1.155)

(b) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(338)	(161)
Serviços de terceiros	(353)	(136)
Arrendamento e aluguéis	-	(1)
Seguros	(39)	-
Amortizações	(4)	-
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(11)	(50)
Total	(745)	(348)

17. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	1.837	1.381
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(86)	(64)
Outras receitas financeiras	1	3
Receitas financeiras	1.752	1.320
Encargos e variação monetária da dívida	(6.320)	(8.421)
Despesa com aval	-	(942)
Outras receitas (despesas) financeiras	(400)	(837)
Despesas financeiras	(6.720)	(10.200)
Resultado financeiro	(4.968)	(8.880)

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2025	
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
Contas a receber						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	1
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	3
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	7
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	23
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	-	4
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	-	3
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	99
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	146
Jaíba Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	24
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	9
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	11
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	17
Total	-	-	-	-	-	347
Contas a pagar						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(43)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(21)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(7)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(8)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	-	(20)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	-	(7)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	-	(3)
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	26	(26)	-	-	-	-
Verene Energia S.A.	1.003	(1.003)	-	-	-	-
Verene Transmissão Subholding S.A.	1	(1)	-	-	-	(942)
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	(146)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	(38)
Jaíba Transmissora De Energia S.A.	68	(68)	105	-	-	(371)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	1.072	-	-	(8)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	-	-	(4)
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	11	(11)	162	-	-	(48)
Verene Transmissão Subholding 2 S.A.	-	-	205	-	-	-
Total	1.109	(1.109)	1.544	-	-	(1.666)
Dividendos a pagar						
Verene Transmissão Subholding S.A. (iii)	2.498	-	2.498	-	-	-
Total	2.498	-	2.498	-	-	-

- (i) Como detalhado na nota explicativa 1.2 - Alteração do controle acionário, a Companhia não faz mais parte do grupo da Equatorial S.A., sendo assim essas Entidades não são mais partes relacionadas da Companhia.
- (ii) As transações entre partes relacionadas demonstradas acima referem-se a gastos compartilhados suportados pelas empresas do grupo, incorridos durante o período de transição e de estruturação da alteração de controle acionário.
- (iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios para distribuição, em 31/12/2025.

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. O Conselho de Administração possui modelo de remuneração distinto: os membros que atuam nos Conselhos de Administração das Companhias têm sua remuneração atribuída e paga diretamente por cada uma delas.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve aprovação de novos valores de remuneração, permanecendo vigente o montante total de R\$ 165, aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

19. Instrumentos financeiros

19.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionária e permissionárias, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

19.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas e da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo:							
Caixa	4	1	Custo amortizado	773	773	445	445
CDB e operações compromissadas	4	2	VJR*	4.115	4.115	14.247	14.247
Títulos e valores mobiliários	5	2	VJR*	62.914	62.914	38.787	38.787
Concessionárias e permissionárias	6	1	Custo amortizado	19.766	19.766	18.496	18.496
Total				87.568	87.568	71.975	71.975
Passivos a custo amortizado:							
Fornecedores	-	1	Custo amortizado	5.142	5.142	5.491	5.491
Empréstimos e financiamentos	8	1	Custo amortizado	296.632	296.632	299.997	299.997
Debêntures	9	1	Custo amortizado	58.653	60.255	61.657	61.657
Total				360.427	362.029	367.145	367.145

*VJR – Valor justo por meio do resultado

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Considerável nível de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período em que ocorreram as mudanças. Para o período de três meses findos em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período de três meses findos em de 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2025.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1. Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Em 31 de março de 2026, não foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

20.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	299.997	(4.075)	(3.968)	4.677	296.631
Debêntures	61.657	(3.207)	(1.523)	1.726	58.653
Dividendos a pagar	2.498	-	-	-	2.498
Total	364.152	(7.282)	(5.491)	6.403	357.782

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de março de 2026, estão demonstrados a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	542.482
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Verene Energia S.A., sua controladora final.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora Financeira

Artur Fabiano Marques,
Diretor

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,
Diretor

Daniela Martins Costa Elarrat
Contadora
CRC RJ 120.115/O-0